

ADVOGADOS TENTAM BARRAR POSSE DE CRISTIANE BRASIL COMO MINISTRA DO TRABALHO

ADVOGADOS DO RIO DE JANEIRO ENTRARAM COM AÇÃO POPULAR NA JUSTIÇA FEDERAL PARA TENTAR BARRAR A POSSE DA NOVA MINISTRA DO TRABALHO, CRISTIANE BRASIL, MARCADA PELO GOVERNO MICHEL TEMER PARA AS 15H DESTA TERÇA-FEIRA, DIA 9, NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM BRASÍLIA. PELO MENOS DUAS AÇÕES JÁ FORAM PROTOCOLADAS.

A AÇÃO POPULAR TEM COMO MOTIVAÇÃO O FATO DE A MINISTRA TER SIDO PROCESSADA E CONDENADA, NA JUSTIÇA DO TRABALHO, A PAGAR INDENIZAÇÃO A EX-FUNCIÓNIARIOS QUE TRABALHARAM, CONFORME RECONHECIDO PELO JUDICIÁRIO, COMO MOTORISTAS DELA. ELAS NÃO TIVERAM DIREITOS TRABALHISTAS RESPEITADOS, COMO CARTEIRA ASSINADA E CONTROLE DE JORNADA. EM UM DOS CASOS A MINISTRA FECHOU UM ACORDO PARA RECONHECER O VÍNCULO E PAGAR R\$ 14 MIL AO CHOFER. EM OUTRO, FOI OBRIGADA A PAGAR R\$ 60 MIL AO MOTORISTA.

CRISTIANE BRASIL É DEPUTADA FEDERAL PELO PTB DO RIO DE JANEIRO E FILHA DO EX-DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, CONDENADO NO MENSALÃO. PRESIDENTE NACIONAL DO PARTIDO, FOI ELE QUEM ARTICULOU PESSOALMENTE A NOMEAÇÃO DE CRISTIANE PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER. A REPORTAGEM NÃO CONSEGUIU CONTATO COM A PARLAMENTAR, CUJA NOMEAÇÃO JÁ FOI PUBLICADA.

Notícia do Portal oovo.com.br

PIADA PRONTA!



MOSTRE SUA OPINIÃO!

NA PRESSÃO É UMA FERRAMENTA QUE PERMITE ENVIAR E-MAILS OU CONTACTAR, PELAS REDES SOCIAIS E POR TELEFONE, PARLAMENTARES E/OU QUALQUER OUTRA AUTORIDADE CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA. ACESSE E CONTRIBUA COM A NOSSA MOBILIZAÇÃO!

WWW.NAPRESSAO.ORG



A CONDSEF TAMBÉM POSSUI UMA FERRAMENTA PARA CONTACTAR E MONITORAR QUEM SÃO OS PARLAMENTARES QUE PRETENDEM VOTAR CONTRA O POVO BRASILEIRO E A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. ACESSE:

WWW.CONDSEF.ORG.BR/NAOPEC287



REFORMA DA PREVIDÊNCIA
PARLAMENTAR, VOTOU SIM. NÃO VOLTA
CLIQUE AQUI E DEFENDA SUA APOSENTADORIA

FORTALEÇA NOSSO SINDICATO!

Participe da primeira reunião de 2018 do Conselho de Delegados Sindicais de Base

13 de janeiro (sábado) na sede do SINTSEF às 8h

SINTSEF
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ